

Desafios da lei de violência doméstica em Moçambique

Itélio Joana Muchisse *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2356-7267>

RESUMO

Este trabalho analisa os desafios enfrentados na efetivação jurídica da lei de violência doméstica em Moçambique. Buscou-se analisar positivamente os desafios na implementação da Lei de Violência Doméstica em Moçambique em relação ao sujeito de proteção. A metodologia do estudo envolveu revisão de literatura e análise documental, onde, por meio de procedimentos comparados, foi possível identificar limitações na lei, bem como algumas consequências, tais como a proteção das vítimas. A implementação efetiva da lei enfrenta desafios significativos, desde que foi implementada e, tais desafios incluem a falta de clareza nas definições e procedimentos, insuficiência de sanções para os agressores, falta de medidas preventivas e recursos e capacitação inadequados para os profissionais e instituições envolvidas. Para superar tais desafios, é necessário incrementar o esforço conjunto entre o governo, instituições e políticas públicas fundamentais para a realização do Estado de Direito Democrático. Ademais, Moçambique é um Estado de Direito baseado em práticas nacionais e internacionais que defendem a integridade humana e o bem-estar social. Desse modo, tornar leis mais acessíveis não só é importante porque garante uma proteção efetiva para pessoas vítimas de violência doméstica, assim é fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária.

PALAVRAS-CHAVE

Violência Doméstica, Família, Desafios de Implementação, Estratégias de Proteção.

Kuvekisa ka nawo wa ku phoisela ku lwisana mingangwene

KONGOMETO

A tiro lowo wu tsuwuka na wu lava a nawu, wu layelako a ti ngozi ta ku migangene ya Mosambiki. I tiru wu lhaiketaku zwikaratu zwa wotle. A tiru wu sukela ku landlisela a mabuku, ni mapepa yo hambana-hambana, laha kunga mahiwa lezwi zwo fananisela. Hi kwalahu, a kuva a nawo wakona wuta kumela txitsungu kulaveka aku kukumeka a tlanganu na Fumu, mahlwene yo vekisa Democrasia ni ku khupa. Zwa woneka ku a mamahela yo tivisa minawo ka txitsungu ma kiela kuva ma phoisela mingango ni vanhu.

MAGEZU YA KU RANGISA

Ku lwisana mingangwene, Xaka, Ku karata ku veka, Tindlela to phoisela

Challenges of domestic violence law in Mozambique

ABSTRACT

This paper analyzes the challenges faced in the legal implementation of the domestic violence law in Mozambique. The aim was to positively analyze the challenges in the

* Mestre em Direitos Humanos, Justiça e Paz pela Universidade Católica de Moçambique. Licenciado em Ensino de História com Habilitações em Ensino de Filosofia pela Universidade Save, onde foi estagiário na Faculdade de Letras e Ciências Sociais (2024). Foi Coordenador de Projectos na Consultoria de Investigação e Treinamento (2020-2021). Foi jornalista estagiário na Rádio Moçambique (2022-2023); É pesquisador na Minerva Consultores desde 2022. É correspondente da Sociedade de Filosofia da Educação de Língua Portuguesa em Moçambique. E-mail: iteliobango@gmail.com

implementation of the Domestic Violence Law in Mozambique in relation to the subject of protection. The study methodology involved a literature review and documentary analysis, where, through comparative procedures, it was possible to identify limitations in the law, as well as some consequences, such as the protection of victims. The effective implementation of the law has faced significant challenges since it was implemented, and these challenges include the lack of clarity in definitions and procedures, insufficient sanctions for aggressors, lack of preventive measures, and inadequate resources and training for the professionals and institutions involved. To overcome these challenges, it is necessary to increase the joint effort between the government, institutions, and public policies fundamental to the achievement of the Democratic Rule of Law. Furthermore, Mozambique is a State of Law based on national and international practices that defend human integrity and social well-being. Therefore, making laws more accessible is not only important because it guarantees effective protection for victims of domestic violence, it is also essential for a more just and egalitarian society.

KEYWORDS

Domestic Violence, Family, Implementation Challenges, Protection Strategies.

Introdução

A violência doméstica é um problema persistente em muitos países. Apesar de ser um fenômeno social, ela tem afetado, principalmente, mulheres e crianças. Ademais, é um problema de saúde pública, pelo que, em Moçambique, país que anteriormente tinha estado entre os quinze países com maior índice de violência doméstica por parte dos progenitores e nas relações interconjugais, no ano de 2009, a Lei de Violência Doméstica foi promulgada para proteger as pessoas, assim como garantir ações efetivas que prevenissem e combatessem a violência doméstica. No entanto, a implementação desta lei pode ter enfrentado desafios desde a sua vigência.

Quando, em quaisquer circunstâncias, os instrumentos legislativos apresentam limitações, impedem a proteção dos seres humanos e o avanço do fenômeno jurídico. Na esteira dos desafios apresentados no texto, compreende-se que é fundamental uma abordagem conjunta entre instituições governamentais, a emergente sociedade civil e um corpo técnico diversificado e eficiente, de modo a se construir uma visão sistêmica sobre a estrutura socioantropológica e política dos pressupostos da Lei de Violência Doméstica em Moçambique. As ações complementares ao trabalho de base podem incluir a expansão de serviços especializados de atendimento às vítimas ao nível das comunidades, a capacitação dos profissionais, em particular os dos tribunais comunitários, por lidarem muitas vezes com tais casos. Igualmente, deve haver a clarificação das definições e procedimentos da lei, o aumento das sanções aos agressores e a implementação de medidas preventivas efetivas.

A Lei de Violência Doméstica é um importante instrumento legal para proteger os direitos humanos em Moçambique. No entanto, é fundamental haver um esforço conjunto de todos os envolvidos para garantir a efetiva implementação da lei, investindo em medidas preventivas, recursos e capacitação adequados para os profissionais e aumentando as sanções aos agressores. Os objetivos do trabalho são analisar os desafios na implementação da Lei de Violência Doméstica em Moçambique, identificar as principais limitações na aplicação da Lei de Violência Doméstica em Moçambique e analisar algumas das consequências dessas limitações para a proteção de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica em Moçambique.

O presente estudo é de natureza básica. A sua abordagem é qualitativa, enquanto a discussão sobre os desafios enfrentados na implementação da Lei da violência Doméstica em Moçambique com base na análise bibliográfica e de conceitos, com insights quantitativos. As técnicas de recolha de informação basearam-se na revisão bibliográfica, análise estatística e documental.

1. A Violência Doméstica

O conceito de violência é polissêmico e ambíguo, porque, podendo se referir a um determinado caráter, ou mesmo uma ação. Ele pode ser compreendido na dinâmica das sociedades, é sentimento que sempre esteve presente nas relações interpessoais. A violência é inerente à condição humana (Fernandes, 2012).

Nações e estados podem construir relações que influenciam para a violência, bem como para a exclusão dos violentados. Em diversos âmbitos, os Estados, através de governos e organizações sociopolíticas, têm influenciado positivamente para a erradicação dos diversos tipos de violência no mundo, protegem os direitos dos trabalhadores, igualdade de gênero, respeito e proteção à criança, enfim, direitos humanos,.

Para François Stirn (1978: 11), “a palavra violência vem do latim *vis* (a força)”. Antes de continuar a sua definição, Stirn questiona se todo o uso da força levava à violência. Embora busque as explicações religiosas, metafísicas e ontológicas, pela natureza humana e sociais e históricas da violência, tardiamente nos adianta a questão do uso quantitativo do conceito força, aplicado, também, em temas como as relações internacionais. A quantidade de força empregue irá caracterizar o ato violento. Não deixa de notar essa ambiguidade, e explica a violência no contexto estrutural do Estado, de onde decorrem ações humanas, incluindo a violência doméstica ou *familiar*.

A força, mesmo posta a nu, não é ainda violência; acontece mesmo demonstrar-se força para não ter que se servir dela (é o princípio da paz no terror, da paz atômica); e a violência consistiria justamente em servir-se dela: a violência consiste, portanto e finalmente, num emprego da força para coagir o outro, negar a sua autonomia ou a sua integridade física, por vezes mesmo a sua vida, o que nos dá uma definição de violência (STIRN, 1978: 16).

A violência doméstica é praticada entre pessoas que vivem sob o mesmo recito familiar, que podemos reduzir à casa, ou seja, uma violência entre pais e filhos numa família nuclear, ou entre tios, avós, sobrinhos, netos e mais, numa família alargada, conforme os modelos “tribais” da família moçambicana. Fazem parte dela (da violência doméstica) casos a violência física simples, violência física grave, violência psicológica, violência moral, violência patrimonial, violência social e violência sexual (INE, 2022: 12).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos duas em três mulheres são mortas em resultado da violação de gênero em todo o mundo. A tese de Tomás (2015) sustenta a inerência de questões históricas, onde, a violência doméstica é frequentemente associada à violência contra a mulher. Nas sociedades tradicionais ou tribais, os homens, principalmente ao sul do rio Zambeze, na tradição familiar e linhageira têm a tradição de representar o varão. Algumas das práticas como *lobolo*, propiciam a submissão da mulher.

Nessa tradição cultural, a mulher poderia “ser passada” para agregar ou ser a primeira esposa de um parente próximo de entequerido, neste caso, o seu esposo. A par disso o Governo, Organizações da Sociedade Civil, assim como as Autoridades Comunitárias¹ têm desmantelado tais práticas que além de perpetuar a privação das liberdades fundamentais à mulher eram um vetor para a transmissão de doenças e diversos tipos de infecções. Nessa toada, fica a premissa explica a violência doméstica que, pode ser culturalmente defendida por diversos fatores que podem incorrer em práticas costumeiras e que desrespeitam e desprestigiam a dignidade humana.

Moçambique é um Estado de Direito e deve prover políticas que satisfaçam a grande parte da população e levem ao bem-estar social. Essas leis são realizadas em princípios de universalidade e da igualdade do gênero. A materialização do Estado de Bem-Estar em Moçambique é carente de políticas públicas e garantias efetivas, tanto em termos legislativos, quanto em institucionais. A paisagem cultural refere a existência de sociedades matrilineares e patrilineares. É notável o fraco desenvolvimento de pesquisas em torno da

¹ AMETRAMO (Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique).

violência doméstica nas sociedades matrilineares em relação às patrilineares ao sul do Zambeze.

A violência doméstica contra a mulher é um problema de saúde coletiva, uma vez que ela pode causar anomalias psicológica, dependência de um estilo violento de vida, a Síndrome da Mulher Batida (SMB), o desânimo aprendido, entre outros problemas como a depressão, o estresse pós-traumático, que pode ser prolongado nos filhos ou mais novos, assim como comportamentos compulsivos ou a síndrome de hiperatividade (TOMÁS, 2015, pp. 73, 78).

A violência pode ter causas pessoais como desentendimentos, causas econômicas como sobrevivência ou pensão, psicoemocionais, problemas com drogas e álcool, causas sociais e culturais, hábitos, costumes e crenças. É de notar que, em alguns dos casos notados, a violência contra a mulher tem sido perpetuada como parte das ideologias de controlo de corpos, sobretudo nas zonas rurais, onde é prática conceber mulher para casar após meninas entrarem para a fase da puberdade. Um evento que revisitaria a temática da violência doméstica em Moçambique foi a COVID-19. Os efeitos da pandemia viriam a apresentar o lugar desigual em que a mulher ocupa na família. Apesar do incremento dos instrumentos que regulam a integração social da família, tais como a revisão da família em 2019, a mulher é subalterna ao homem, sobretudo, na segurança e iniciativa financeira. A professora Isabel Casimiro na fala de uma “Paz na Terra, Gerra em Casa”.

As consequências da violência doméstica podem resultar em morteno caso mais grave. O Brasil é o quinto país com maior taxa de feminicídio, onde o padrão de violência contra a mulher é prolongado ao longo do crescimento das vítimas, devido à subnotificação. Em termos de vítimas, o Brasil chegou a registar mais de 3900 mortes em 2020. O maior número das denúncias registadas neste país é referente à violência doméstica ou familiar. Dados da Defensoria Pública do Espírito Santo (2024) indicam mais de 250 mil casos de violência doméstica registadas no Brasil em 2023, com destaque para a violência psicológica, física, moral, sexual e patrimonial, que tendem a concorrer e incidir sobre as mesmas pessoas.

Segundo o *Gender Data Portal*, do Banco Mundial, até 2021, Bangladesh era o país que superava a média mundial em termos de violência praticada contra a mulher, com a média acima dos 25%. Variáveis como a escolarização entre os gêneros, o acesso aos postos de trabalho e a liberdade para o fazer, o emprego seguro (assédio e ciúmes), desconexão aos serviços monetários (acesso à conta, bancária, educação financeira, acesso à internet, leis fundamentais e cultura geral), contribuíram para o exacerbamento

da violência. Cerca de 50% da violência praticada sobre mulheres entre os 15 e 49 anos foi praticada pelo (ex)parceiro íntimo.

Moçambique é um dos países com maiores índices de violência doméstica contra a mulher. A continuidade deste fenómeno deve-se, na maioria, à continuidade das práticas consuetudinárias que têm pecado, em alguns casos, ao admitir ou corromperem-se ao praticar ou deixar uniões prematuras. Tem-se legitimado a ideia da mulher ser destinada a viver em outra família e, por isso mesmo, lhe serem negados vários direitos pela família, principalmente os civis e políticos, económicos e sociais, como a educação. As meninas, logo cedo tem sido forçadas a abdicar a formação para o mercado de trabalho. Apesar de o número de mulheres nos diferentes níveis estar a subir é preciso considerar o crescimento real, ou seja, a proporcionalidade do crescimento do efetivo em mulheres e a sua representatividade.

Até 2015 62,5% das raparigas haviam casado antes dos 18 anos. O destaque foi para as províncias de Zambézia (95525 casos) e Nampula (129604). Até esse mesmo ano, de meio milhão de raparigas haviam casado antes dos 18 anos em Moçambique. Portanto, estes dados indicam altos índices de uniões prematuras no país, enquanto um dos vectores da violência doméstica praticada contra a mulher (UNICEF, 2015).

Os índices de feminicídio, definidos a partir da lei brasileira não deixam de alertar para a necessidade de práticas de erradicação. Além de morte, a violência doméstica destrói o tecido familiar e social devido ao excesso de traumas acumulados por anos, pelas vítimas da violência doméstica, pelo que, este problema social é também de saúde pública. Das consequências mais comuns encontram-se as lesões corporais (leves e graves), separações, prisão e desemprego.

As consequências da Violência doméstica se encontram num ciclo de problemas que não só propiciam a reincidência, assim como a legitimam. Os terrenos sociais em que a violência doméstica se perpetua está cercado de casos, pobreza, desemprego, entre outros atos de violação ao bem-estar do ser humano no Estado.

2. A Sociedade Moçambicana e a violência doméstica

A violência doméstica decorre no âmbito de pessoas que coabitam, nos tipos de família moçambicana, tios, sobrinhos, irmãos, etc. pela peculiaridade das formações sociais. Este problema de saúde pública é multifacetado em Moçambique, onde se forma um mosaico perante a diversidade cultural. Em notícia, os modelos de transmissão de títulos ao norte e sul do rio Zambeze decorre de formas quase opostas. No Sul, as etnias

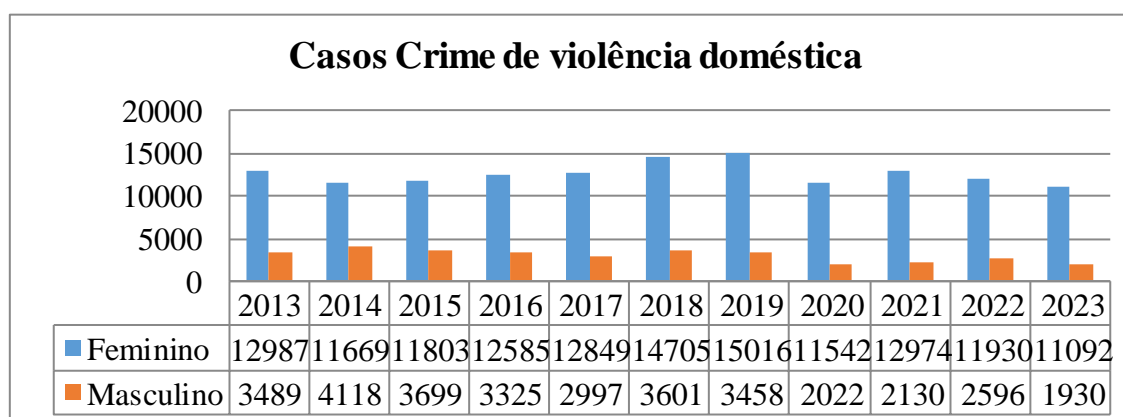
assumem-se patrilineares, inverso ao norte, matrilineares. Essa diferenciação pode conferir duas lógicas distintas na abordagem sobre a violência doméstica em Moçambique.

A violência doméstica afeta significativamente a dignidade e a integridade das vítimas e, sobretudo, as relações no contexto familiar. Dados estatísticos, de 2013 a 2023, demonstram a persistência deste fenómeno, bem como a sua expressão diferenciada em função do sexo das vítimas, entretanto em tendência de crescimento considerável e subnotificação.

O número de casos nos órgãos de justiça é superior entre o sexo feminino, o que revela a estrutural desigual e sobre questões de género nos assuntos políticos. O pico de ocorrências para o grupo feminino registrou-se em 2019, ano em que registrou uma cifra de 15.001 casos, enquanto o valor mais baixo ocorre em 2023, com 11.109 casos. Este decréscimo progressivo a partir de 2019 pode estar associado a múltiplos factores, que incluem a falta de divulgação de informações durante a pandemia da COVID-19 (subnotificação). As dificuldades esboçadas pela COVID-19 incluíram o aumento da dependência em relação aos provedores familiares, desemprego quase constante durante certos períodos de pico (CAMBRÃO & JULIÃO, 2020). A COVID-19 revelou o crescente número de cidadãos e cidadãs com dificuldades no acesso aos serviços de justiça, bem como dos seus procedimentos.



Gráfico 1: Casos crime de violência doméstica



Fonte: Compilação do Autor, com base em dados do INE (2015-2024)

Quanto as vítimas do sexo masculino, embora os números sejam significativamente inferiores, os dados apontam pico em 2014, com 4.118 casos, seguido de um decréscimo contínuo até 2023, onde se registraram 1.930 casos. A tendência evolutiva demonstra que, ao longo dos anos o número de homens que denunciam casos de violência doméstica tem

oscilado. Mesmo que isso represente a predominância da violência contra mulheres no âmbito doméstico, que se consideram as barreiras sociais e culturais que dificultam a denúncia por parte dos homens, tais como xingar os homens que são violentados por suas mulheres ou filhos.

De forma geral, o ano de 2019 pontuou o mais elevado no número total de denúncias que levaram a processos-crime. Entre 2020 e os anos subsequentes houve concurso dos tipos de violência praticada contra a mulher, devido razões psicossociais que cercam os impactos da emergência sanitária e o novo normal. Entre esse processo estava o confinamento e o distanciamento intra-pessoal, o desemprego e a insegurança económica, o crescimento das possibilidades de qualquer tipo de violência doméstica. Aponta-se a dependência económica da mulher como um dos fatores que levou a uma redução das denúncias. O acesso às fontes alternativas de informação restringiu-se, pelo que os mecanismos de disseminação de informação jurídica reduziram ou foram confundidamente compreendidos pela maioria da população, visto o crescimento das notícias *fake*. A lei da violência doméstica também insere-se neste horizonte de informação vs. desinformação.

O relatório da Fundação George Town (2021) refere relativa redução dos casos de violência doméstica considerável, especialmente aquela praticada contra a mulher, fato que coloca o país na posição 111^o no ranking global dos países com as condições necessárias para a justiça, segurança e inclusão baseada no gênero.

As Nações Unidas e Instituto Nacional de Estatísticas apontam que, até 2024, pelo menos 25% das mulheres haviam passado por algum tipo de violência de gênero ao longo da sua vida, ou seja, “uma em cada 4 mulheres já sofreu agressão de gênero”. Violência exacerbada a situação de vulnerabilidade. Desde Pota (2024), entende-se que os eventos climáticos têm a sua parte nessa exacerbação dos elevados índices de pobreza e da procura de melhores oportunidades, como vagas de emprego, que acabam por sujeitar a mulher a paradoxos familiares, principalmente².

É denotada a importância da materialização dos instrumentos e atos normativos nacionais e internacionais que visam prevenir, punir e erradicar a violência doméstica. A Constituição da República de Moçambique, no seu artigo 35, consagra o princípio da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. No artigo 36, consagra o princípio da igualdade gênero, a qual alguns referem redundância. Entretanto, agregada à Lei n.º

² A questão da procura de emprego, por exemplo, é uma variável que se encontra fora do âmbito familiar, mas influencia consideravelmente os níveis de instabilidade nas relações, que tem levado a outros tipos de violência, nomeadamente, psicológica, patrimonial e, em última instância, a violência doméstica ou desintegração familiar.

29/2009, de 29 de setembro (Lei Contra a Violência Doméstica praticada contra a Mulher), juntas constituem marcos legais fundamentais neste domínio, materializados pelas ações definidas no “Plano de Ação”.

A violência doméstica permanece um desafio estrutural em Moçambique, o qual exige uma abordagem integrada que envolva reformas legais, fortalecimento institucional, educação e promoção da consciência jurídica das comunidades e providência de mecanismos eficazes de denúncia e proteção das vítimas.

3. A Lei de Violência Doméstica

A Lei de Violência Doméstica de Moçambique procura principal proteger as vítimas de violência doméstica, num esforço claro de defesa dos interesses altos da família. Publicada em Lei 29/2009, de 29 de setembro de 2009, é designada “Lei sobre Violência praticada contra a Mulher”³. A lei é baseada por princípios da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, e de outros documentos como convenções internacionais. Acima de tudo, baseia-se pela Constituição de Moçambique, constitui uma política que visa a igualdade do gênero.

A Lei n.º 29/2009 trouxe para as comunidades “o desenvolvimento de um novo conceito de lar” (Dia, 2010, p. 54 cit. Tomás, 2015, p. 166), uma política progressiva no rol da positivação, materialização e justiciabilidade dos direitos humanos neste espaço. Apesar das críticas que se abrem sobre este instrumento legislativo, a sua intenção demonstra o incremento de políticas que promovem o respeito pela pessoa humana, objetivando, acima de tudo, o equilíbrio familiar nas sociedades moçambicanas. Grande parte da população desconhece a lei da violência doméstica em Moçambique. A efetivação da mesma é influenciada negativamente pelo modelo antropológico da família, que disprestigia a figura da mulher. Entretanto,

a emergência desta lei é associada à visibilidade da violência cometida contra as mulheres. Com efeito, no período anterior à sua promulgação, as mulheres não eram dignas de qualquer consideração, eram silenciadas, mortas, os seus direitos, negligenciados e os seus sofrimentos, obliterados impunemente. A lei revela-se incontornável (TOMÁS, 2015, p. 267).

Torna-se, importante notar que as autoridades moçambicanas, as organizações da sociedade civil, bem como outros atores operam em conjunto, mesmo com dificuldades

³ Está dividida em cinco capítulos (disposições gerais; penas, crimes, procedimento, disposições finais).

para superar desafios, em aspectos como a proteção das vítimas em casos de violência doméstica (MACARINGUE, 2013). Ademais, a lei de violência doméstica precisa se inclusiva às diferentes formas ou tipos de famílias moçambicanas.

3.1. Desafios

a) Proteção

Um aspecto que diz respeito à proteção em que a lei é ambígua na letra e no espírito. O anteprojeto e todo o estudo em volta da produção desta lei versou-se em instrumentos, nacionais e internacionais, que versam sobre a mulher. A aplicabilidade das suas disposições “ao homem” é figurativa. O seu arcabouço emerge de um quadro epistemológico de mulheres para mulheres. Por outro lado, poder-se-ia confrontar a situação de um homem que é obrigado a produzir e a cultivar maior extensão de campos agrícolas para impressionar os pais da sua amada, de modo a provar que ela não passará fome, ou que seja provedor.

O Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Gênero – 2018-2021, está dividido em cinco áreas estratégicas, entre elas, a primeira: Prevenção, Conscientização e Educação, para a qual se precisa a conscientização, envolvimento de líderes comunitários e formuladores de políticas educacionais, parceria com o sector privado, expansão dos recursos tecnológicos para a informação e comunicação. A questão institucional, enquadrada aos como “mecanismos de redução da violência baseada no género”, não mencionada de direta. A ausência de delegacias em estado de receber novos perturbadores da ordem e tranquilidade pública leva à reincidência por convivência no mesmo espaço familiar.

Ao longo do tempo, as ações de combate à violência doméstica têm sido efetuadas pelo Governo e têm agregado vários ministérios que extinguem e ressurgem ao longo do tempo, outros que se fundem a outros, portanto, adoptando novas nomenclaturas⁴. Atuam em conjunto, ministérios, organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiros e organismos transnacionais. O Ministério da Mulher e Ação Social, Ministério da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos, Ministério do Interior, ONG's, Ministério das Finanças, Conselho Nacional para Comunicação Social, Gabinete de Informação, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Técnico e Profissional, Médicos do Mundo, UNWOMEN, Municípios, Instituto Nacional de Estatísticas, Ministério do Género e

⁴ Este movimento de agregar ou desestruturar os ministérios com relativa brevidade revela a incapacidade de os Estados construírem instituições sólidas.

Coordenação para Ação Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Ministério da Juventude e Desportos, Órgão de Comunicação Social, bem como Rede Hopem (Homens pela Mudança).

Mesmo assim, as ações que evitam a exposição a situações de violência é ambígua e unilateral ou é contrariada, pelo que a institucionalização está virada às demandas femininas, sobretudo, a mãe quando se fala do contexto familiar. A falta de uma clara ligação entre esta lei e a dos direitos da criança revela fragilidade na justicibilização, promoção e proteção dos direitos das crianças que, frequentemente, são expostas à violência em casa, o que pode ter um impacto duradouro em seu bem-estar físico e mental. A lei deve ser universal, mesmo na discriminação das vítimas de violência doméstica, como homens e crianças (PILLA & PEDRO, 2022).

É preciso realizar os “superiores interesses da família, assentes nos princípios da especial proteção da criança e da igualdade de direitos e deveres”, frequentemente, postos em causa devido aos eventos familiares e de natureza jurídica por parte “dos seus membros e dos cônjuges entre si” (MOÇAMBIQUE, 2019: art. 3.2). É necessário uma lei abrangente e que proteja todas as vítimas de violência doméstica, independentemente do gênero ou idade, para garantir a sua efetividade e proteger adequadamente todas as vítimas nos diferentes sistemas de culturas.



b) Clareza

A falta de clareza pode ocorrer em várias partes do texto legislativo, como na identificação dos padrões de agressão ou medidas de proteção. A lei define violência doméstica como qualquer ato ou conduta que cause ou possa causar danos físicos, psicológicos ou sexuais a outra pessoa, ou que limite ou impeça o exercício dos seus direitos fundamentais. No entanto, essa definição pode ser interpretada de maneiras diferentes, o que pode levar a decisões inconsistentes, quando olhadas sob a égide dos valores morais das diferentes sociedades que propiciam a violência sexual, sobretudo. Portanto, a previsão das situações capazes de levar à violência doméstica a partir dos hábitos e costumes deve ser tomada em consideração. Ademais, estes pontos devem ser considerados na sua articulação com a lei da família.

A lei estabelece que, as autoridades devem tomar medidas para proteger as vítimas de violência doméstica. Ela não especifica medidas a ser tomadas ou circunstâncias específicas. Isso pode levar a decisões que prejudiquem a proteção das vítimas de violência doméstica (MACARINGUE, 2013). A falta de clareza pode limitar a eficácia da lei como uma

ferramenta de dissuasão, já que os agressores podem não entender claramente o que constitui violência doméstica ou quais são as consequências legais de seus atos. Portanto, é importante revê e estabelecer as disposições mais claras e precisas, de modo a garantir aplicabilidade e justiça no seu trato.

c) Aplicação

A lei estabelece a obrigação de as autoridades tomarem medidas para proteger as vítimas de violência doméstica, mas a falta de recursos dificulta a sua implementação (SAMUEL, 2013). A aplicação efetiva da lei de violência doméstica requer recursos humanos, financeiros e materiais. A falta de recursos humanos em número, como agentes, promotores e juizes, por exemplo, limita a capacidade das autoridades de investigar e processar casos de violência doméstica. Muitos casos não são denunciados ou são subnotificados. A falta de recursos financeiros limita a capacidade de as autoridades fornecerem serviços de apoio às vítimas, como abrigos temporários, aconselhamento e assistência jurídica durante o processo judicial.

A falta de recursos também afeta a formação e capacitação de profissionais que trabalham com casos de violência doméstica, como policiais, promotores e juizes, onde, a mais destacada é o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ) para os incapacitados. A falta de quadros humanos limita a capacidade de responder adequadamente à violência doméstica. Por outro lado, a falta de vontade política na profissionalização dos tribunais comunitários dificulta a agilização de processos, que tem sido um dos problemas dos tribunais oficiais. A Constituição da República permite tal possibilidade, desde que não seja constrangida (MOÇAMBIQUE, 2018: art. 4).

Para aprimorar este desafio, é importante o provimento de recursos adequados, rever a lei, considerar a diferença dos valores familiares diversos. Imprescindível é incremento do número de profissionais para abordar a violência doméstica, nas mais inovadoras perspectivas do direito regional e internacional. A aplicação inclui, igualmente, a conscientização jurídica.

d) Medidas preventivas

A lei visa proteger os direitos humanos, as vítimas de violência doméstica após a ocorrência do crime, bem como a sua exposição ao ambiente de risco. Está impresso nos planos de ação a abordagem multisetorial com objetivo de promover a consciencialização jurídica sobre a legislação em geral e, em particular, para a Lei 29/2009. Para este ponto,

a capacitação e o treino para profissionais que trabalham com casos de violência doméstica são promovidos de modo a garantir mais eficiência na harmonização das famílias e contribuir para a redução deste fenómeno (TOMÁS, 2016).

Outra medida preventiva é a implementação de medidas protetoras para vítimas de violência doméstica (TOMÁS, 2016). Elas incluem ordens de restrição à liberdade, quase que unicamente, em casos de flagrante delito. Esse tipo de ordens pode impedir que o agressor se aproxime da vítima, bem como podem ajudar a prevenir a ocorrência recidiva da violência doméstica. Uma revisão adequada de tal lei poderia prever a criação de serviços de aconselhamento para agressoras/es, bem como medidas protetoras urgentes em casos de violência doméstica em matéria de estratégias saudáveis de resolução de conflitos (MACARINGUE, 2013).

Entretanto, a Lei 29/2009 incide apenas na figura da mulher no seu conceito de família. Ela propicia para maior incidência de subnotificação por parte masculina, justificada pela oscilação no número real dos denunciante, bem como pelos valores familiares que são legitimados por meio desta política pensada para garantir a ordem e tranquilidade pública, por meio da intervenção no contexto familiar.

A fraca cultura jurídica, principalmente, nas zonas rurais contribui para a prolongação da violência doméstica praticada contra a mulher com recurso aos casamentos prematuros, que se prolonga desde a família de origem até o seu lar destino. Entretanto, as motivações que cercam este tipo de violência concorrem para “exploração, negligência, exercício abusivo de autoridade ou violência no seu seio” (MOÇAMBIQUE, 2019: art. 5.d, art. 186.1.a).

A permanência entre agressores e agredidos no contexto familiar pode reincidência a fazer ou dizer o que é habitual, neste caso, a violência que acaba por se tornar intergeracional. A falta de meios, como infraestruturas adequadas para os processos específicos da violência praticada contra a mulher, inviabiliza em muitos casos a tomada de caminhos alheios às práticas violentas. A ausência de serviços psicológicos em diversas unidades de administração de justiça e de providência de segurança pública influencia, também, para o desenho de comportamentos de mudança e de reintegração social⁵.

⁵ As penitenciárias e as cadeias têm sido caracterizadas pelas enchentes ou superlotação. As deficiências do sistema judicial condicionam a movimentação de processos, morosidade processual, onde, muitos cidadãos permanecem em prisão preventiva em relação ao estabelecido pelos instrumentos que regulam a matéria processual. Um elevado número de presos ou detentos, que chegue ao nível de superlotação evidencia a tendência psicológica dos “cidadãos em correcção” ao pensamento de sobrevivência, como é o caso das necessidades básicas como o banho, comida, água, etc. Têm sido usuais os estabelecimentos prisionais projectados no período colonial.

Por outro lado, as vítimas vitimizam-se em decorrência da dependência na provisão dos bens. Algumas vítimas temem romper ciclo de violência. As medidas cautelares da lei 29/2009 são destoantes da realidade são difíceis de realizar, considerando as condições e capacidades do Estado, as práticas familiares, onde o poder patriarcal é uma realidade. Com efeito, muitas mulheres subnotificam os seus parceiros, elas entendem que os encargos que advêm de um processo judicial. A lei tem tendência a criminalizar e penalizar, o que pode afetar a segurança familiar.

A breve composição da lei não permite a diversidade dos temas relacionados à violência doméstica, pelo que não está claramente definido o lugar da violência no seio familiar. Tomando em conta a lei da família e dos direitos da criança, são precisas ações que promovam a interação e fortifiquem a relação entre instituições, bem como a fortificação das instituições.

A Lei de Violência Doméstica de Moçambique carece de medidas preventivas eficazes para a violência doméstica. É importante serem implementados programas de educação e consciencialização sobre a violência doméstica, de modo a gerar medidas de proteção para vítimas, através do estabelecimento de mecanismos comunitários para prover serviços de aconselhamento para agressores. Assim, é possível prevenir a ocorrência de violência doméstica em primeiro lugar e, evitar o desenvolvimento de problemas que podem afetar a saúde coletiva.

e) Sanções

Das perspectivas apresentadas por Tomás (2016), algumas pessoas argumentam que as sanções estabelecidas pela lei não são suficientemente rigorosas para dissuadir os agressores de cometerem violência doméstica o que, decerto, limita a eficácia da lei como uma ferramenta de dissuasão. Algumas sanções incluem multas, trabalho comunitário e até prisão. Apontam-se sanções brandas que não desencorajam os agressores (MEQUE, & MALOA, 2021).

Em muitos casos em que, os perpetradores de violência doméstica não são punidos de forma eficiente. Aponta-se a proliferação de corrupção e desigualdade na administração da justiça, relativamente a esta matéria. É recorrente o pagamento monetário para evitar a prisão em determinados casos relacionados com a violência baseada no gênero. Como resultado, os agressores podem continuar a cometer violência doméstica impunemente, o que leva à reincidência e aumento dos casos de violência doméstica.

De modo a se estabelecer a devida eficácia, a Lei de Violência Doméstica em Moçambique deve prever sanções próprias, rigorosas o suficiente para dissuadir os agressores de cometerem violência doméstica (ROGÉRIO, 2017). É necessário aplicar as sanções de forma adequada e rápida, de modo a garantir que os perpetradores sejam responsabilizados por seus atos. Isso requer investimentos em recursos e capacitação jurídica e judiciária, assim como se deve acelerar o desenvolvimento de políticas públicas de combate à violência doméstica para reduzir a incidência de violência doméstica em Moçambique.

3. Leis e Contextos

As leis visam, fundamentalmente, regular as formas de vida de uma determinada sociedade, por isso, elas são elaboradas tendo em conta os hábitos e costumes locais desses mesmos povos. Elas viabilizam um leque das funções do direito, o “conjunto de regras e ações humanas, prescrições religiosas, morais, as do costume”. Como avança Reinaldo Dias,

É incorreto pensar que somente quando o Estado impõe sanções estamos diante do Direito; isto nem sempre ocorreu, e, na atualidade, pode haver distintas ordens normativas sobre uma mesma comunidade (por exemplo, o Direito canônico que pode opor-se ao Direito Estatal). O que ocorre é que, de modo geral, as diferentes ordens normativas que convivem com a ordem jurídica reforçam esta (Dias, 2009: 208).

O Direito que tem sido confundido por lei, apresenta as seguintes funções: (i) organização da sociedade, é uma forma de (ii) controle social para incentivar, desencorajar e repreender ações; (iii) resolver conflitos; (iv) garantir segurança e que as normas jurídicas sejam claras, conhecidas e se façam cumprir; (v) orientar e persuadir; (vi) realizar a justiça; (vii) legitimar o poder; (viii) garantir a interação social; (ix) conferir legitimidade aos atores sociais, papéis e status; (x) fortalecer o processo de socialização; (xi) institucionalizar a mudança social, e também tem a função (xii) distributiva (Dias, 2009). A lei é uma fonte do direito, a qual se usa para avaliar se, na altura dos tempos, a Lei 29/2009 contribui ou não para a realização da justiça social.

Os dados indicam que a Lei 29/2009 não é efetiva nas várias funções do Direito. A ambiguidade da aplicabilidade da lei provém do ritmo entre a evolução da estrutura social em relação à estrutura das leis. Passaram a fazer parte do quotidiano, crimes de raptos de raparigas para o exterior, jovens que desaparecem, encontradas sem vida e sem órgãos ou jovens violadas e perecidas em cidades como Beira. Ou dos homens que são violados

em Manica. É necessário especializar o Direito na vertente da mulher. Entretanto, os homens ressentem-se deste desiderato. Especialização na vertente da mulher e negociação na vertente do homem (?).

A lei de violência doméstica não responde efetivamente aos hábitos e costumes dos moçambicanos. É exclusiva quando apresenta tendência para a defesa dos direitos femininos em detrimento do equilíbrio do género e da consideração dos interesses dos outros membros da família. Tomás (2016: 167-168) refere-se,

Apesar da narrativas e ainda que a Lei nº 29/29, de 29 de Setembro verse sobre a violência praticada conta a mulher, importa salientar que o artigo nº 36 da lei em alusão reza literalmente que: “*As disposições da presente lei aplicam-se ao homem, em igualdade de circunstâncias e com as necessárias adaptações*”. Isto significa que as disposições desse instrumento legal não punem apenas os agressores masculinos, como também as mulheres que infligem maus-tratos sobre os respectivos maridos.

Por outro lado, a lei Maria da Penha é o resultado de uma luta contra violência doméstica, é um símbolo de resistência feminina, feita por mulheres para mulheres. Muito superior ao Bangladesh, no Brasil, cerca de 80% dos casos de agressão contra mulheres foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros, mais da metade da população conhece um agressor ou uma vítima. As causas da violência doméstica contra a mulher parecem se assemelhar em vários lugares, elas, geralmente, vêm em cascata.

A partir de 2015, com a alteração do Código Penal, a lei Maria da Penha foi incluída⁶, a qual define a violência doméstica como um “crime e aponta formas de evitar, enfrentar e punir a agressão. A lei indica a responsabilidade que cada órgão público tem para auxiliar a mulher que está sofrendo a violência” (BRASIL, s.d: 20). Entretanto, pode avançar o desenvolvimento humano como um dos fatores para a justificação do elevado número de medidas cautelares. Ademais, é um extenso país e várias prisões, mesmo que estejam longe de cumprir as Regras de Mandela.

Levando em conta o contexto regional, Moçambique precisa flexibilizar as suas leis. Em matéria de violência da mulher, pode se considerar a especializar e agrupar as leis que tratam deste assunto. A rigidez do sistema românico-germânico dificulta esta articulação ou flexibilização das leis. A especialização leva ao avanço como o da Lei Maria da Penha. A perspectiva da lei moçambicana parte da discriminação para a inclusão. O anteprojeto toma perspectivas feministas, ao todo. A igualdade de género invocada na lei tem sido

⁶ A lei Maria da Penha é subdividida em oito títulos, nomeadamente: Disposições Preliminares; Da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Da assistência à Mulher em situação de Violência; Dos Procedimentos; Da Equipe de atendimento Multidisciplinar; Disposições transitórias; e Disposições Finais.

interpretada de forma figurativa. Os índices e os padrões de denunciam a permanência de tabus em relação a denúncia por parte do homem. Isso pode estar a evidenciar a necessidade de uma política, em específico, para os homens, na qual possam se sentir “confortáveis”.

A Lei Maria da Penha, promulgada em 2006 e inclusa no código penal de 2015, estabelece medidas de proteção para mulheres vítimas de violência doméstica, como a criação de Instâncias para a resolução de casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a possibilidade de concessão de medidas de proteção urgentes (BRASIL, 2006.). A Lei de Violência Doméstica de Moçambique, aprovada em 2009, estabelece medidas de proteção para as vítimas de violência doméstica, incluindo medidas de proteção urgentes. Um dos seus desafios é a morosa aplicação, sobretudo, devido à hierarquia interinstitucional que não tem sido eficiente, entre os vários atores que coordenam ações de combate e mitigação da violência doméstica.

A Lei de violência doméstica de Moçambique, assim como diversas leis moçambicanas, seriam mais eficazes, quando ornamentada na perspectiva do Direito anglo-saxônico, patente na região Austral. O sistema jurídico adoptado em Moçambique não flexibiliza a discussão das leis. A rigidez do sistema romano-germânico prolonga-se a ao gradualismo político. Enfim, na lei da violência doméstica há um eminente vazio em torno do conceito de família, assim como medidas de prevenção, principalmente. A lei Maria da Penha inclui mais dois títulos à Lei moçambicana, a Equipe Multidisciplinar, além de várias explicações sobre vários aspectos, que se verificam na questão das medidas de prevenção, muito reforçadas.

Em termos de vantagens que podem advir dessa especialização, pode-se perceber que, em termos de sanções e medidas preventivas, por exemplo, a Lei Maria da Penha no Brasil é mais detalhista, o que contribui para que não se classificar como ambígua. Estabelece medidas preventivas, como a criação de campanhas de consciencialização e o estabelecimento de políticas públicas para prevenir e combater a violência doméstica, o que pode ser uma experiência positiva de implementação.

Conclusão

A implementação da Lei de Violência Doméstica em Moçambique enfrenta desafios significativos, que incluem a falta de clareza nas definições e procedimentos, a insuficiência de sanções para os agressores, a falta de medidas preventivas e a falta de recursos e capacitação adequados para os profissionais envolvidos. Essas limitações têm

consequências diretas para a proteção das mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, considerando suas necessidades, direitos e vulnerabilidades.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço conjunto de governos, sociedade civil e profissionais, que inclui a implementação de estratégias e políticas públicas baseadas nas melhores práticas nacionais e internacionais, nas experiências de profissionais e organizações da sociedade civil e nas necessidades e demandas das vítimas, bem como da evolução das suas sociedades.

Referências

- BRASIL, Governo de Paraná. **Entenda a Lei Maria da Penha**. Secretaria da Família e Desenvolvimento Social: Paraná, s.d.
- CAMBRÃO, Pedrito & JULIÃO, Domingos. Covid-19 e suas implicações em Moçambique: uma análise antropológico-sociológica. **Revista Eletrônica de Investigação e Desenvolvimento**, vol.2 nº11, p.43-61, 2020.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO. **Mais de 250 mil casos de violência doméstica são registrados no Brasil em 2023**. 1 de agosto de 2024. Comunicado.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Direito: A Abordagem do Fenômeno Jurídico como Facto Social**. Atlas: São Paulo, 2009.
- GEORGETOWN INSTITUTE FOR WOMEN, PEACE AND SECURITY AND PEACE RESEARCH INSTITUTE OSLO. **Women, Peace, and Security Index 2021/22 Summary: Tracking sustainable peace through inclusion, justice, and security for women**. Washington, DC: GIWPS and PRIO, 2021.
- Instituto Nacional de Estatística. **Estatísticas de Violência Casos Criminais e Cíveis, 2021**. INE: Maputo, 2022.
- MACARINGUE, José Alfredo, Aplicação da lei de violência doméstica em Moçambique: constrangimentos institucionais e culturais A experiência dos Tribunais, *In "Outras Vozes"*, nº 41-42, Maio 2013.
- MEQUE, Etelvina Alexandre Caetano, **A violência doméstica contra a mulher e o atendimento jurídico na cidade de Maputo – Moçambique**. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- MEQUE, Etelvina Alexandre Caetano; MALOA, Joaquim Miranda, A lei contra a violência doméstica em Moçambique: seu alcance, limitação e desafios. **Njinga & Sepé: Revista**

Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, vol.1, nº 2, p.103-119, jul./dez. 2021.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim & PEDRO, Jaime de Castelo, “pandemia na sombra”: a violência doméstica moçambicana em tempos de COVID-19, **Revista Gênero**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 188-204, 2. sem 2022.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei 1/2018 de 12 de Julho (Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique), In **Boletim da República**, I Série, Número 115.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei 29/2009, sobre a violência doméstica. In **Boletim da República**, I Série, nº 38 de 29 de Setembro.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei n.º 22/2019: 11 de Dezembro de 2019 (Lei da Família e revoga a Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto), In **Boletim da República**, I Série, Número 239.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Resolução n.º 39/2018: de 22 de Outubro (Aprova o Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Baseada no Género – 2018-2021), In **Boletim da República**, I Série, Número 205.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Plano Nacional de Acção para Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher (2008-2012)**. Nada Justifica a Violência Contra a Mulher: Vamos Acabar com a Violência em Moçambique. S.d.

REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL. Lei nº 11.340, Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. In **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

ROGÉRIO, Graça Tiane, Direitos, **Liberdades e garantias**: a promoção e proteção dos direitos fundamentais de menores em Moçambique. 2017, 66f. Trabalho Final (Direção e Estratégia Policial) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, 2017.

SAMUEL, Elisa, Violência de género, cultura e direitos humanos. A aplicação da Lei da Violência Doméstica (Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro), In **Outras Vozes**, 43-44, Dezembro 2013.

STIRN, F. **Violência e Poder**. Inquérito: Mira-Sintra, 1978.

TOMÁS, Adelino Esteves, **A Violência contra a mulher: um estudo de caso nas cidades de Maxixe e Nampula**. 2016. 305f. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Faculdade de Letras Universidade do Porto: Porto, 2016.

UNIÃO AFRICANA, **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**. Adoptada pela XVIII Assembleia dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nairobi, Quênia, em 27 de Julho de 1981. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm> Acesso em 12 abr. 2023.

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025

Para citar este texto (ABNT): MUCHISSE, Itélio Joana. Desafios da lei de violência doméstica em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p.138-157, jul./dez. 2025.

Para citar este texto (APA): Muchisse, Itélio Joana (jul./dez.2025). Desafios da lei de violência doméstica em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 138-157.